



TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO PARANÁ
PODER JUDICIÁRIO
COMARCA DE PARAÍSO DO NORTE
DIREÇÃO DO FÓRUM

PROCESSO SELETIVO DE CONCILIADORES REMUNERADOS Nº 01/2019
Paraíso do Norte/PR, dia 20 de maio de 2019, 13h00min.

INSTRUÇÕES:

1. Escreva, abaixo, o seu Nome e RG e assine no local indicado.
2. Aguarde autorização para abrir o caderno de prova. Antes de iniciar a resolução das questões, confira a numeração de todas as páginas.
3. A prova é composta de 50 questões objetivas.
4. Nesta prova, as questões objetivas são de múltipla escolha, com 4 alternativas cada uma, sempre na sequência a, b, c, d, das quais somente uma deve ser assinalada.
5. A interpretação das questões é parte do processo de avaliação, não sendo permitidas perguntas aos aplicadores de prova.
6. O cartão-resposta deverá ser preenchido com caneta esferográfica de tinta preta ou azul, tendo-se o cuidado de não rasurá-lo, não esqueça de colocar seu Nome, RG e assiná-lo.
7. Não serão permitidos empréstimos, consultas e comunicação entre os candidatos, tampouco o uso de livros, apontamentos e equipamentos eletrônicos ou não, inclusive relógio. O não cumprimento dessas exigências implicará na eliminação do candidato.
8. Não será permitido ao candidato manter em seu poder relógios, aparelhos eletrônicos (BIP, telefone celular, tablet, calculadora, agenda eletrônica, MP3 etc.), devendo ser desligados e colocados OBRIGATORIAMENTE no local indicado pelo aplicador da prova. Caso essa exigência seja descumprida, o candidato será excluído do processo seletivo.
9. A duração da prova é de 2 horas e 30 minutos. Esse tempo inclui a resolução das questões e a transcrição das respostas para o cartão-resposta.
10. Ao concluir a prova, permaneça em seu lugar e comunique ao aplicador de prova. Aguarde autorização para entregar o caderno de prova e o cartão-resposta.
11. Se desejar, anote as respostas no quadro abaixo, recorte na linha indicada e leve-o consigo.

NOME: _____
RG: _____

ASSINATURA DO CANDIDATO:

✍ _____

RESPOSTAS

01	02	03	04	05	06	07	08	09	10
11	12	13	14	15	16	17	18	19	20
21	22	23	24	25	26	27	28	29	30
31	32	33	34	35	36	37	38	39	40
41	42	43	44	45	46	47	48	49	50

1. Sobre a sentença penal condenatória É CORRETO afirmar:

- A. deverá fixar valor mínimo para reparação dos danos causados pela infração, considerando os prejuízos sofridos pelo ofendido.
- B. não deverá fixar valor mínimo para reparação dos danos causados pela infração, pois o ofendido deverá postular à ação indenizatória no juízo cível.
- C. sempre deverá conceder o direito de apelar em liberdade, pois a pena só deve ser cumprida após o decurso dos prazos recursais e com o trânsito em julgado.
- D. na dosimetria da pena, fase das circunstâncias judiciais, o juiz poderá fixar a pena acima do máximo previsto no tipo penal, sempre fundamentando na culpabilidade e nos motivos do crime.

2. Em relação ao delito de lesão corporal leve (artigo 129, *caput*, do Código Penal), assinale a afirmação correta.

- A. A ação penal correspondente dependerá de representação.
- B. Trata-se de delito de menor potencial ofensivo e, portanto, somente se procede mediante queixa.
- C. Não se admite a suspensão condicional do processo, por se tratar de um crime contra a pessoa.
- D. Não é permitida a conciliação entre as partes por se tratar de crime de ação penal privada.

3. Qual das condutas referidas abaixo NÃO representa uma contravenção penal?

- A. Praticar vias de fato contra alguém.
- B. Não guardar com a devida cautela animal perigoso.
- C. Perturbar alguém, o trabalho ou o sossego alheios com gritaria ou algazarra.
- D. Entregar a direção de veículo automotor a pessoa não habilitada.

4. Quanto ao delito de constrangimento ilegal (artigo 146 do Código Penal), assinale a afirmação correta.

- A. Não cabe suspensão condicional do processo, diante da gravidade do delito.
- B. A pena de multa deve ser aplicada cumulativamente à pena privativa de liberdade, em caso de condenação.
- C. As penas aplicam-se cumulativamente e em dobro quando, para execução do crime, se reúnem mais de três pessoas, ou há emprego de armas.
- D. Eventuais delitos de maior gravidade envolvendo violência são absorvidos pelo constrangimento ilegal.

5. **Assinale a afirmação correta em relação ao crime de ameaça (artigo 147 do Código Penal).**
- A. O Ministério Público e o ofendido têm legitimidade para promover a ação penal.
 - B. Trata-se de crime de ação penal privada.
 - C. Somente se procede mediante representação.
 - D. O Ministério Público tem a faculdade de oferecer denúncia a qualquer tempo, sem restrições legais.
6. **José Paulo, imprudente na condução de veículo automotor, colidiu com viatura da polícia militar do Estado do Paraná, destruindo-a parcialmente. Por sorte, a viatura encontrava-se parada e desocupada no momento do acidente. Nesse caso, é correto afirmar que José Paulo**
- A. responderá pelo delito de dano qualificado e deverá reparar integralmente o dano causado ao patrimônio público.
 - B. responderá pelo delito de dano qualificado, por ter destruído patrimônio pertencente ao Estado.
 - C. responderá pelo delito de dano simples, nos termos do *caput* do artigo 163 do Código Penal.
 - D. E não praticou delito de dano.
7. **Acerca do princípio da retroatividade da lei penal mais benéfica, assinale a afirmação INCORRETA.**
- A. Determina que a lei penal poderá retroagir para atingir fatos praticados antes da sua entrada em vigor quando possuir sanção mais branda ao acusado.
 - B. Deverá alcançar também as sentenças penais condenatórias transitadas em julgado.
 - C. Não incide em casos envolvendo crimes hediondos em razão do elevado grau de lesividade causado por crimes dessa espécie.
 - D. Impõe a extinção da punibilidade quando a lei nova descriminalizar a conduta imputada ao acusado.
8. **Nos termos do Código de Ética de Conciliadores e Mediadores Judiciais (anexo III da Resolução n.º 125 do CNJ), as regras da “autonomia da vontade” e da “ausência de obrigação de resultado” buscam, respectivamente,**
- A. garantir o respeito às opiniões e à liberdade dos envolvidos, bem como desobrigar o conciliador/mediador de buscar, a todo custo, o acordo.
 - B. garantir a autonomia do conciliador/mediador, e a necessidade de que atue de forma neutra e imparcial.
 - C. garantir a independência do conciliador/mediador, e a liberdade dos envolvidos para que tomem a decisão que acharem conveniente.
 - D. oferecer condições aos envolvidos para que ajam da forma mais livre possível, e oportunizar o desfogamento do Poder Judiciário.

9. Nos termos do Código de Ética de Conciliadores e Mediadores Judiciais (anexo III da Resolução n.º 125 do CNJ), quais princípios regem o procedimento da conciliação/mediação?

- A. Oralidade, informalidade, celeridade, economia processual, autonomia da vontade e ausência de obrigação de resultado.
- B. Confidencialidade, neutralidade, imparcialidade, autonomia da vontade e ausência de obrigação de resultado.
- C. Informação, autonomia da vontade, confidencialidade, oralidade e teste de realidade.
- D. Informação, autonomia da vontade, ausência de obrigação de resultado, desvinculação da profissão de origem e teste de realidade.

10. Nos termos do Código de Ética de Conciliadores e Mediadores Judiciais (anexo III da Resolução n.º 125 do CNJ), os princípios fundamentais que regem a atuação de conciliadores e mediadores judiciais são:

- A. oralidade, informalidade, celeridade e economia processual.
- B. confidencialidade, oralidade, informalidade, economia processual e neutralidade.
- C. confidencialidade, competência, imparcialidade, neutralidade, independência e autonomia, respeito à ordem pública e às leis vigentes.
- D. independência, autonomia, respeito à ordem pública e oralidade.

11. A proposta, ao acusado, de suspensão condicional do processo NÃO poderá envolver

- A. proibição de frequentar determinados lugares.
- B. proibição de ausentar-se da comarca onde reside sem autorização do Juiz.
- C. comparecimento pessoal e obrigatório a juízo, mensalmente, para informar e justificar suas atividades.
- D. recolhimento a casa prisional, para repouso noturno, por período pré-determinado pelo Juiz, sem possibilidade de prorrogação.

12. Com relação ao instituto da transação penal previsto na Lei 9.099/1995, assinale a afirmação correta.

- A. A transação penal não poderá ser proposta pelo Ministério Público nos casos de infrações penais praticadas com violência ou grave ameaça à pessoa.
- B. Não ações penais públicas, não é permitida ao autor do fato a possibilidade de recusa da transação penal, por se tratar de proposta do Ministério Público, titular da ação.
- C. A transação penal poderá ser proposta pelo Ministério Público quando não for caso de arquivamento, desde que haja representação ou se trate de crime de ação penal pública incondicionada.

- D. Independentemente do tipo de ação penal, a transação penal deverá ser sempre proposta pelo Ministério Público.

13. Com relação à Lei 9.099/1995, assinale a afirmação INCORRETA.

- A. A Lei abrange os delitos de menor potencial ofensivo e todas as contravenções penais.
- B. O processo perante o juizado especial criminal tem como objetivo, sempre que possível, a conciliação entre o autor do fato e a vítima e, em não sendo isto possível, a transação penal.
- C. Os crimes cujos processos deverão ser regidos pela Lei são aqueles cujas penas máximas não ultrapassem dois anos.
- D. Quando houver composição dos danos civis entre as partes e o acordo for homologado, caberá recurso de apelação.

14. No que se refere à suspensão condicional do processo (art. 89 da Lei 9.099/1995), assinale a alternativa correta.

- A. Nos crimes em que a pena mínima for igual ou inferior a dois anos, o Ministério Público poderá oferecer a suspensão condicional do processo.
- B. Caso venha a ser processado por uma nova prática de contravenção penal durante o período de suspensão condicional do processo, o autor do fato terá o benefício revogado.
- C. A prescrição não correrá durante o período de suspensão condicional do processo.
- D. Expirado o prazo da suspensão condicional do processo, será designada audiência para declaração de extinção da punibilidade do autor do fato.

15. No que se refere à transação e à conciliação, assinale a afirmação INCORRETA.

- A. O acordo entre as partes, quando homologado pelo Juiz, acarretará em renúncia ao direito de queixa, nos casos de ação penal privada.
- B. O acordo entre as partes, quando homologado pelo Juiz, impede o oferecimento de denúncia contra o autor do fato, nos casos de ação penal pública condicionada.
- C. Quando não for possível o acordo entre as partes, o Ministério Público deverá oferecer denúncia contra o autor do fato.
- D. Quando fracassada a tentativa de acordo entre as partes, o Ministério Público poderá propor a aplicação imediata de pena restritiva de direitos ou multa, a serem especificadas na proposta, nos casos em que o autor do fato preencher os requisitos legais para tanto.

16. CONSIDERE OS SEGUINTE CARGOS E CIRCUNSTÂNCIAS DE ATUAÇÃO.

I - Juiz togado.

II - Juiz leigo, sob a supervisão do Juiz.

III - Conciliador, sob a supervisão do Juiz.

QUAIS PODERÃO CONDUZIR A CONCILIAÇÃO NOS JUIZADOS ESPECIAIS CRIMINAIS?

- A. Apenas I.
- B. I, II e III.
- C. Apenas I e II.
- D. Apenas I e III.

17. Sobre o crime de exercício arbitrário das próprias razões, previsto no Art. 345 do Código Penal, é incorreto afirmar:

- A. A pretensão a ser satisfeita deve ser legítima. Se o sujeito ativo acreditar sinceramente na legitimidade da pretensão, mas se essa for ilegítima, não haverá o crime de exercício arbitrário das próprias razões.
- B. É preciso que a pretensão a ser satisfeita seja suscetível de apreciação pelo Poder Judiciário.
- C. O crime é de ação penal privada. Contudo, se houver emprego de violência contra a pessoa, a ação será penal pública.
- D. Não é preciso, para a consumação do delito, que o sujeito efetivamente satisfaça a pretensão que pretende obter com a prática da conduta criminosa.

18. Dois rapazes, A e B, moradores do mesmo condomínio, praticam as seguintes condutas: A subtrai, com *animus furandi*, um aparelho de ginástica, que fica na área comum do condomínio, e o coloca no quarto de seu apartamento. B, aproveitando-se de que um vizinho viajou, pega as chaves do automóvel dele para “dar uma volta” durante a noite, devolvendo, horas depois, o referido automóvel, intacto e com o tanque cheio, no mesmo lugar.

Se A e B forem descobertos, as infrações penais que eles responderão são

- A. A, por furto qualificado, e B, por crime nenhum.
- B. A, por furto de coisa comum, e B, por crime nenhum.
- C. ambos por furto qualificado.
- D. A, por furto de coisa comum e B, por apropriação indébita.

19. Acerca do crime de desacato, é incorreto afirmar:

- A. O advogado não tem imunidade profissional em relação ao crime de desacato.
- B. É possível que um funcionário público, no exercício de suas funções, cometa o crime de desacato.

- C. Não incide no crime de desacato quem lança ofensas genéricas a uma instituição.
- D. Comete desacato quem ofende um juiz de direito, no exercício de suas funções, através de uma petição.

20. São impugnáveis por recurso em sentido estrito, exceto a decisão

- A. que decide o incidente de falsidade.
- B. que conclui pela incompetência do Juízo.
- C. que recebe a denúncia.
- D. do Juiz de Primeiro Grau que concede ou nega *habeas corpus*.

21. A defesa dos interesses e direitos dos consumidores e das vítimas poderá ser exercida em Juízo individualmente, ou a título coletivo. De acordo com o Código de Defesa do Consumidor, a defesa coletiva será exercida quando se tratar de

- A. interesses ou direitos difusos e interesses ou direitos coletivos, apenas.
- B. interesses ou direitos coletivos e interesses ou direitos individuais homogêneos, apenas.
- C. interesses ou direitos difusos, interesses ou direitos coletivos e interesses ou direitos individuais homogêneos.
- D. interesses ou direitos difusos e interesses ou direitos individuais homogêneos, apenas.

22. São aspectos importantes da proteção contratual, exceto

- A. o direito de arrependimento, mesmo havendo pedido expresso do consumidor.
- B. as declarações de vontade constantes de escritos particulares, recibos e pré-contratos relativos às relações de consumo que podem vincular o fornecedor, ensejando inclusive execução específica.
- C. as cláusulas contratuais que serão interpretadas de maneira mais favorável ao consumidor.
- D. a garantia contratual, que é complementar à legal, e será conferida mediante termo escrito.

23. O Juiz poderá desconsiderar a personalidade jurídica da sociedade, exceto

- A. quando houver infração da lei.
- B. em casos de falência.
- C. em casos de estado de insolvência.
- D. em casos de encerramento ou inatividade da pessoa jurídica, provocados pelos crimes falimentares.

24. São exemplos de sanções administrativas estabelecidas no Código de Defesa do Consumidor:

- A. Multa, proibição de fabricação do produto, interdição, total ou parcial, de estabelecimento, de obra ou de atividade e apreensão do produto.
- B. Multa, suspensão definitiva de atividade, revogação de concessão ou permissão de uso, inutilização do produto e cassação de licença do estabelecimento ou de atividade.
- C. Revogação de concessão ou permissão de uso, suspensão definitiva de atividade, apreensão do produto e imposição de contrapropaganda.
- D. Suspensão de fornecimento de produtos ou serviço, intervenção administrativa, suspensão de fabricação do produto e imposição de contrapropaganda.

25. Tratando-se de decadência, o Código de Defesa do Consumidor estabelece:

- A. O direito de reclamar pelos vícios aparentes ou de fácil constatação caduca em trinta dias, tratando-se de fornecimento de serviço e de produtos duráveis.
- B. A instauração de inquérito civil suspende a decadência, independente de seu encerramento.
- C. O prazo decadencial inicia sua contagem a partir da data de entrega do produto ou em caso de execução do serviço, no momento de celebração do contrato.
- D. A reclamação comprovadamente formulada pelo consumidor perante o fornecedor de produtos e serviços suspende a decadência até a resposta negativa correspondente, que deve ser transmitida de forma inequívoca.

26. O Código Civil estabelece diversos prazos de prescrição, alguns deles de importância destacada nas relações civis e de mercado em geral, que sempre são levados ao debate nos Juizados Especiais Cíveis. No que se refere à pretensão relativa a aluguéis de prédios urbanos ou rústicos, estabelece que sua prescrição é de:

- A. um ano.
- B. três anos.
- C. quatro anos.
- D. cinco anos.

27. Em relação aos contratos no Código Civil, é correto afirmar:

- A. Nos contratos de adesão, são anuláveis as cláusulas que estipulem a renúncia antecipada do aderente a direito resultante da natureza do negócio.
- B. A aceitação fora do prazo, com adições, restrições ou modificações, não importará nova proposta.

- C. O estipulante pode se reservar o direito de substituir o terceiro designado no contrato, dependendo da sua anuência e da do outro contratante.
- D. Aquele que tiver prometido fato de terceiro responderá por perdas e danos, quando esse o não executar.

28. São absolutamente impenhoráveis, exceto:

- A. recursos públicos do fundo partidário recebidos, nos termos da lei, por partido político.
- B. quantia depositada em caderneta de poupança, até o limite de 40 salários mínimos.
- C. instrumentos necessários para o exercício da profissão.
- D. veículo automotor da família do devedor, quando único.

29. Segundo a lei processual, toda pessoa que se acha no exercício dos seus direitos tem capacidade para estar em juízo e os incapazes serão representados ou assistidos por seus pais, tutores ou curadores, na forma da lei civil, cabendo ao juiz

- A. designar curador especial ao réu preso, se for incapaz
- B. designar curador especial ao réu incapaz, ainda que acompanhado de seu representante legal.
- C. suspender o processo, se verificada a incapacidade processual ou a irregularidade da representação de quaisquer das partes, e marcar prazo razoável para ser sanado o defeito, sob pena de decretação da nulidade do processo.
- D. suspender o processo, se verificada a incapacidade processual ou a irregularidade da representação de quaisquer das partes, e marcar prazo razoável para ser sanado o defeito.

30. No que diz respeito às citações, considere as afirmações abaixo sobre a Lei Federal n.º 9.099/95.

I - A citação far-se-á por correspondência, com aviso de recebimento em mão própria.

II - A citação far-se-á, tratando-se de pessoa jurídica ou firma individual, mediante entrega ao encarregado da recepção, que será obrigatoriamente identificado.

III - A citação far-se-á por oficial de justiça.

Quais estão corretas?

- A. Apenas I.
- B. Apenas III.
- C. Apenas I e II.
- D. I, II e III.

31. Considere as afirmações abaixo à luz da Lei Federal n.º 9.099/95.

I - Nas causas de valor até vinte salários mínimos, as partes comparecerão pessoalmente, podendo ser assistidas por advogado; nas de valor superior, a assistência é obrigatória

II - Não se admitirá, no processo, qualquer forma de intervenção de terceiro nem de assistência. Admitir-se-á o litisconsórcio.

III - A prática de atos processuais em outras comarcas poderá ser solicitada por qualquer meio idôneo de comunicação.

Quais estão corretas?

- A. Apenas I.
- B. Apenas III.
- C. Apenas I e II.
- D. I, II e III.

32. Considere as afirmações abaixo à luz da Lei Federal n.º 9.099/95.

I - A conciliação será conduzida pelo Juiz togado ou pelo Juiz leigo.

II - Obtida a conciliação, esta será reduzida a escrito e homologada pelo Juiz togado, mediante sentença com eficácia de título executivo.

III - O árbitro será escolhido dentre os Juízes togados.

Quais estão corretas?

- A. Apenas I.
- B. Apenas II.
- C. Apenas I e III.
- D. I, II e III.

33. Considere as afirmações abaixo à luz da Lei Federal n.º 9.099/1995.

I - O mandato ao advogado poderá ser verbal, inclusive quanto aos poderes especiais.

II - O réu, sendo pessoa jurídica ou titular de firma individual, poderá ser representado por preposto credenciado, munido de carta de preposição com poderes para transigir, sem haver necessidade de vínculo empregatício.

III - O Ministério Público não intervirá nos processos do Juizado Especial.

Quais estão corretas?

- A. Apenas I.
- B. Apenas II.
- C. Apenas III.
- D. I, II e III.

34. Assinale a afirmação correta em relação à disciplina do título executivo no Código de Processo Civil.

- A. São títulos executivos judiciais a letra de câmbio, a nota promissória, a duplicata, a debênture e o cheque.
- B. A propositura de ação relativa ao débito constante do título executivo inibe o credor de promover-lhe a execução.
- C. Considera-se título executivo extrajudicial o crédito, documentalmente comprovado, decorrente de aluguel de imóvel, bem como de encargos acessórios.
- D. O documento público ou particular assinado pelo credor é título executivo extrajudicial quando também assinado por três testemunhas.

35. Assinale a afirmação correta em relação à disciplina das provas no Código de Processo Civil.

- A. O ônus da prova incumbe ao réu quanto ao fato constitutivo do seu direito.
- B. Não se admite convenção que distribui de maneira diversa o ônus da prova.
- C. Dependem de prova os fatos notórios e os admitidos como incontroversos.
- D. A parte não é obrigada a depor sobre fatos torpes que lhe forem imputados.

36. No que se refere ao Regime Responsabilidade pelo Fato do Produto e do Serviço, na Lei n.º 8.078/90, assinale a afirmação correta.

- A. O fabricante responde pela reparação dos danos causados aos consumidores, desde que comprovada sua culpa.
- B. O produto não é considerado defeituoso pelo fato de outro de melhor qualidade ter sido colocado no mercado.
- C. O fabricante só não será responsabilizado quando provar a culpa concorrente do consumidor ou de terceiro.
- D. O comerciante é responsável pela reparação dos danos causados aos consumidores, inclusive quando o fabricante puder ser identificado.

37. Considerando-se o âmbito dos Juizados Especiais da Fazenda Pública, assinale a afirmação correta.

- A. Das decisões das Turmas Recursais caberá recurso de apelação para o Tribunal de Justiça, com pedido de uniformização, se houver divergência com o entendimento de Câmara do Tribunal.
- B. Das decisões do Conciliador caberá recurso ordinário para as Turmas Recursais, sendo incabível qualquer recurso de despacho voltado ao impulso processual.

- C. Caberá pedido de uniformização de interpretação de lei quando houver divergência entre decisões proferidas por Turmas Recursais sobre questões de direito material.
- D. A divergência ensejadora de recurso extraordinário dirigido ao Supremo Tribunal Federal deverá ser demonstrada com base nas Súmulas das Turmas Recursais dos diferentes Estados.

38. No que se refere à responsabilidade civil, assinale a alternativa INCORRETA.

- A. As instituições financeiras respondem objetivamente pelos danos gerados por fortuito interno relativo a fraudes e delitos praticados por terceiros no âmbito de operações bancárias.
- B. A deterioração ou destruição da coisa alheia para afastar perigo iminente corresponde a ato ilícito e impõe o dever de indenizar.
- C. A publicação não autorizada de imagem de pessoa com fins econômicos ou comerciais impõe o dever de indenizar, independentemente de prova do prejuízo.
- D. Não cabe indenização por dano moral da anotação irregular em cadastro de proteção ao crédito, desde que tenha sido precedida por legítima inscrição, ressalvando-se o cancelamento.

39. Na forma do Art. 7º , I, do Código Penal, não configura caso de extraterritorialidade incondicionada o crime

- A. contra a vida de chefe de governo estrangeiro.
- B. contra a fé pública de sociedade de economia mista.
- C. de genocídio, quando o agente for brasileiro ou domiciliado no Brasil
- D. contra a liberdade do Presidente da República.

40. Considere as afirmações abaixo à luz da Lei Federal n.º 9.099/95.

- I - Havendo pedidos contrapostos, será dispensada a contestação formal e ambos serão apreciados na mesma sentença.
- II - O processo instaurar-se-á com a apresentação do pedido escrito à Secretaria do Juizado.
- III - Não se pronunciará qualquer nulidade sem que tenha havido prejuízo.

Quais estão corretas?

- A. Apenas I.
- B. Apenas II.
- C. Apenas III.
- D. Apenas I e II.

41. Segundo a Lei 9099/95, Lei dos Juizados Especiais, em seu art. 13, os atos processuais serão válidos sempre que preencherem as finalidades para as quais forem realizados , atendidos os critérios da oralidade, simplicidade,

informalidade, economia processual e celeridade. Nesse condão, conforme a lei citada

- A. a prática de atos processuais em outras comarcas poderá ser solicitada por qualquer meio idôneo de comunicação.
- B. as nulidades serão pronunciadas independentemente de prejuízo.
- C. todos os atos serão registrados resumidamente, em notas manuscritas, datilografadas, taquigrafadas ou estenotipadas.
- D. a legislação federal disporá sobre a conservação das peças do processo.

42. O sistema dos Juizados Especiais dos Estados e do Distrito Federal é formado pelos Juizados Especiais Cíveis, Juizados Especiais Criminais e Juizados Especiais da Fazenda Pública, estes últimos estabelecidos pela Lei 12.153/2009. Segundo a citada lei, incluem-se na competência dos Juizados Especiais as causas

- A. que tenham como objeto a impugnação da pena de demissão imposta a servidores públicos civis ou sanções disciplinares aplicadas a militares.
- B. de improbidade administrativa, execuções fiscais e as demandas sobre direitos ou interesses difusos e coletivos.
- C. sobre bens imóveis dos Estados, do Distrito Federal, dos Territórios e dos Municípios, autarquias e fundações públicas a eles vinculadas.
- D. cíveis de interesse dos Estados, do Distrito Federal, dos Territórios e dos Municípios, até o valor de 60 (sessenta) salários mínimos.

43. Ao comprar seu carro novo numa concessionária, Joana sai satisfeita sem perceber que o carro apresenta um defeito de fabricação nos freios. Ao descer uma ladeira, diante da falta de freios, acaba subindo a calçada e atingindo Luiz, transeunte que caminha rumo ao seu trabalho. Nesse caso, segundo o Código de Defesa do Consumidor,

- A. Luiz não poderá buscar indenização, pois não se qualifica como consumidor, visto que não foi o destinatário final do produto.
- B. Joana poderá buscar indenização pelo ocorrido diretamente do fabricante, não restando responsabilidade da concessionária.
- C. o fabricante estará isento de responsabilidade caso demonstre a culpa concorrente de Luiz ao se portar como pedestre de forma descuidada.
- D. o fabricante estará isento de responsabilidade, visto que foi a concessionária quem colocou o produto no mercado.

44. Assinale a alternativa correta a respeito do que prevê expressamente o CDC acerca da desconsideração da personalidade jurídica.

- A. As sociedades integrantes dos grupos societários e as sociedades controladas são solidariamente responsáveis pelas obrigações constantes no CDC.

- B. A má administração em qualquer caso, seja no estado de insolvência ou inatividade da pessoa jurídica, é fato que enseja a desconsideração da personalidade jurídica
- C. Poderá ser desconsiderada a pessoa jurídica sempre que sua personalidade for, de alguma forma, obstáculo ao ressarcimento de prejuízos causados aos consumidores.
- D. As sociedades coligadas e consorciadas apenas respondem por culpa.

45. Alguns crimes contra o patrimônio admitem a forma privilegiada, em que o juiz poderá substituir a reclusão pela detenção, reduzir a pena de um a dois terços ou aplicar apenas a pena de multa, se o criminoso for primário ou se de pequeno valor a coisa e/ou o prejuízo, conforme o caso. Essa regra não está prevista no Código Penal se o crime for de

- A. apropriação indébita.
- B. estelionato.
- C. receptação.
- D. dano.

46. Quanto à audiência de tentativa de reconciliação, prevista no procedimento dos crimes contra a honra, é correto afirmar:

- A. Será realizada após o recebimento da peça acusatória e, se obtida a conciliação, o juiz declarará extinta a punibilidade.
- B. Somente é cabível quando for hipótese de ação penal privada, não se aplicando quando se tratar de ação pública condicionada.
- C. Deverão estar obrigatoriamente presentes o querelante, o querelado e seus respectivos advogados, sob pena de nulidade.
- D. Como se trata de procedimento facultativo, a não realização da audiência de tentativa de reconciliação, quando cabível, é mera irregularidade, pois as partes podem transigir até a sentença de primeiro grau.

47. O juiz formará sua convicção pela livre apreciação da prova produzida em contraditório judicial. Sobre restrições quanto ao princípio da livre apreciação da prova, marque com V as assertivas verdadeiras e com F, as falsas.

- A proibição de fundamentar sua decisão exclusivamente nos elementos informativos colhidos na investigação, ressalvadas as provas cautelares, não repetíveis e antecipadas.
- As provas quanto ao estado das pessoas, quando serão observadas as restrições estabelecidas na lei civil.
- A necessidade de exame de corpo de delito nas infrações que deixam vestígios.

A alternativa que apresenta a sequência correta, considerando a marcação de cima para baixo, é a:

- A. F F V
- B. F V F
- C. V F V
- D. V V V

48. Sobre a anistia e o indulto, é incorreto afirmar:

- A. O indulto concedido não extingue os efeitos penais secundários, como a reincidência.
- B. O indulto é causa de extinção da punibilidade e é concedido exclusivamente pelo Presidente da República, que não poderá delegar tal atribuição.
- C. A anistia poderá extinguir tanto a pretensão punitiva quanto a pretensão executória, ao contrário do indulto.
- D. A anistia é causa de extinção da punibilidade e depende de lei em sentido estrito, sendo, portanto, concedida pelo Poder Legislativo.

49. Com base nas regras previstas no Código de Defesa do Consumidor, é correto afirmar:

- A. O fabricante e o fornecedor só não serão responsabilizados quando provar que não colocou o produto no mercado; que, embora haja colocado o produto no mercado, o defeito inexiste; que a culpa é da concorrente, do consumidor ou de terceiros.
- B. A responsabilidade pessoal dos profissionais liberais será apurada mediante a verificação do dolo ou da culpa.
- C. O fornecedor de serviços responde, dependentemente da existência de culpa, pela reparação dos danos causados aos consumidores por defeitos relativos à prestação dos serviços, bem como por informações insuficientes ou inadequadas sobre sua fruição e riscos.
- D. O produto é defeituoso quando não oferece a segurança que dele legitimamente se espera, levando-se em consideração as circunstâncias relevantes, entre as quais sua apresentação; o uso e os riscos que razoavelmente dele se espera; a época em que foi colocado em circulação.

50. Os serviços fornecidos pelos órgãos públicos, por si ou suas empresas concessionárias, permissionárias, ou sob qualquer outra forma de empreendimento, deverão ser

- A. proporcionais ao serviço contratado, seguros e, quanto aos essenciais, contínuos.
- B. adequados, eficientes, seguros e, quanto aos essenciais, contínuos.
- C. eficazes, determinados e ininterruptos, apenas.
- D. adequados, determinados, seguros e, quanto aos essenciais, contínuos

